

A ideia de Brasil moderno, de Octávio Ianni

Igor Zanoni Constant Carneiro Leão†*

Resumo: A resenha procura mostrar a atualidade do pensamento de Caio Prado Júnior, nosso maior historiador, na ótica de Octávio Ianni, um de nossos maiores sociólogos, falecido em 2004.

Palavras-chave: Desenvolvimento brasileiro; Pensamento social brasileiro; Caio Prado Júnior.

Classificação JEL: B24; B31.

* Doutor em Ciências Econômicas pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Professor associado do Departamento de Economia da Universidade Federal do Paraná (UFPR). Endereço eletrônico: igor@ufpr.br.

† O autor agradece a sempre presente cooperação de Newton Gracia da Silva e de Thiago Luis Ramos de Quadros Pinto

O livro *A ideia de Brasil moderno*, de Octávio Ianni, São Paulo: Brasiliense, 2004, ano da morte do grande sociólogo paulista, é exemplar, a meu ver, por combinar uma lúcida apreciação da sociedade brasileira enquanto país economicamente adiantado, mas com uma realidade social, política e cultural típica de um país subdesenvolvido, a partir de uma leitura bastante rica do historiador Caio Prado Júnior (1907-1990), um dos grandes nomes do nosso modernismo nascido na década de 30. Minha preocupação aqui é recolocar, após tantos anos de sua publicação, as teses do livro, especialmente por retomar uma economia política caracteristicamente brasileira e sul-americana nestes tempos em que o desenvolvimento foi relegado a discussões técnicas e a-históricas de indicadores econômicos. A tese do livro reside na conclusão exposta em seu último parágrafo:

Sob o aspecto social, racial, regional e cultural, entre outros, continua em aberto a questão nacional. Em perspectiva ampla, a história do Brasil pode ser vista como a de uma nação em processo, à procura da sua fisionomia. É como se estivesse espalhada no espaço, dispersa no tempo, buscando conformar-se ao nome, encontrar-se com a própria imagem, transformar-se em conceito. (p.180)

Isto decorre de que as desigualdades entre as unidades administrativas e os seguimentos sociais que compõem a sociedade são muito grandes, a ponto de que seria difícil dizer que o todo é uma expressão razoável das partes, admitindo-se que o todo possa ser uma expressão na qual as partes também se realizam e desenvolvem. As desigualdades regionais são permanentes e até crescentes, os grupos raciais e as classes sociais não estão articulados de modo a formar um todo superior, no qual também se tornam superiores e a situação real de indígenas e afrodescendentes ainda não foi equacionada de modo adequado.

A história brasileira, em um sentido bastante caiopradiano, apresenta uma série de rupturas, desde o fim do estatuto colonial, rumo à constituição de uma nação articulada por nexos de solidariedade no interior de uma cultura comum, mas esse processo é inconcluso, razão pela qual esta nação ainda está por ser inteiramente formada.

Ainda no Império, a persistência do escravismo e os artifícios do poder monárquico compunham uma administração distante, estranha aos interesses populares. A legitimidade alcançada pelos construtores do Estado nacional era imposta pelo alto, indiferente aos movimentos mais gerais da sociedade. No final do Império, a história brasileira se acelera com a proclamação da República e o trabalho livre. Isto liberou forças econômicas e políticas para a agricultura, indústria e comércio, além de propiciar ampla fermentação de ideias e movimentos sociais, principalmente nos centros urbanos maiores e nas zonas agrícolas mais articuladas com os mercados externos. Todavia, durante a Primeira República,

Predominaram a economia primária exportadora, a política de governadores manejados pelo Governo Federal e o patrimonialismo em assuntos privados e públicos. O liberalismo econômico prevalecia nas relações econômicas externas, nas quais sobressaía a Inglaterra. Nas relações internas, entre setores dominantes e assalariados, predominava o patrimonialismo. Um patrimonialismo que compreendia tanto o patriarcalismo da casa-grande e do sobrado como a mais brutal violência contra os movimentos populares no campo e na cidade. A repressão posta em prática em Canudos, na Revolta da Vacina, no Contestado em outros movimentos sociais revelavam algumas das possibilidades mais extremas de uma república simultaneamente liberal e patrimonial. (p. 22)

Estava portanto em marcha uma revolução pelo alto na qual os diferentes setores populares não encontravam lugar. Modificavam-se um pouco os arranjos do poder e as relações dos setores dominantes com os populares, do poder estatal com a sociedade, para que nada se transformasse substancialmente. Esta realidade vai ser confrontada com as mudanças diversas provocadas pelo ciclo da cafeicultura, a industrialização insipiente e o desenvolvimento das maiores cidades, que criavam novos horizontes para o debate político e cultural, mas a realidade no país continuava anacrônica.

A revolução de 30, que inaugurou a república populista no período que termina em 1964, provocou diversas interpretações do Brasil Moderno, marcando um clímax no pensamento social brasileiro, referente a questões básicas como a vocação agrária e as possibilidades da industrialização, o capitalismo nacional e associado, o federalismo e centralismo, o civilismo e o militarismo, e democracia e o autoritarismo, a região e a nação, a multiplicidade racial e a formação do povo, o capitalismo e o socialismo, a modernidade e a tradição. Todavia, os prenúncios do Brasil moderno encontravam por toda parte as heranças do escravismo, autoritarismo, coronelismo, clientelismo, e o povo, enquanto coletividade de cidadãos, continuava a ser uma ficção política.

Durante todo o período, a indústria cresceu e se diversificou, o capitalismo avançou ainda mais no campo, acelerou-se a urbanização, desenvolveram-se as classes sociais, as regiões se rearticularam, recriaram-se as diversidades e desigualdades sociais, culturais, raciais, regionais e outras e já se pode falar em um complexo industrial-militar, além da crescente articulação entre o aparelho estatal e as multinacionais. Esta é uma época crucial para o nascimento e o desenvolvimento das ciências sociais interessadas em compreender as condições e as possibilidades do Brasil moderno.

Entre os grandes explicadores do Brasil que começam a escrever a partir de 1930 destaca-se a obra de Caio Prado Júnior, que compreende uma interpretação bastante elaborada da formação da sociedade brasileira. O fio condutor de sua análise é a construção da nação brasileira, construção ainda inconclusa, a partir do seu passado colonial. Nesse sentido, o autor reinterpreta a Colônia, o Império, e a República, revelando as forças sociais que operam

na composição e transformação da sociedade nacional. Este processo, todavia, ainda não chegou a seu termo, e é necessário para compreender os traços da moderna sociedade brasileira, os séculos de escravismo e economia colonial, o desenvolvimento das classes sociais a partir dessa herança, a formação e crise do regime monárquico e assim por diante.

Três processos interligados são centrais na obra do historiador paulista: o sentido da colonização, o peso do regime de trabalho escravo e a peculiaridade do desenvolvimento desigual e combinado. Esses processos influenciam-se reciprocamente em diversas modalidades como um pano de fundo fundamental ao nosso devir histórico. O sentido da colonização implica em que a formação brasileira se deveu, em primeiro lugar, a sua posição no período mercantilista, quando a colônia se constituiu para fornecer gêneros para o exterior sem atentar às necessidades e considerações do povo que começa a se formar e a viver na nova terra. Como ensina Caio,

Tudo se disporá naquele sentido: a estrutura bem como as atividades do país. Virá o branco europeu para especular, realizar um negócio; inverterá seus cabedais e recrutará a mão de obra que precisa: indígenas ou negros importados. Com tais elementos, articulados numa organização puramente produtora, industrial, se constituirá a colônia brasileira. Este início, cujo caráter se manterá dominante através dos três séculos que vão até o momento em que ora abordamos a história brasileira, se gravará profunda e totalmente nas feições e na vida do país. Haverá resultantes secundárias que tendem para algo de mais elevado; mas elas ainda mal se fazem notar. (PRADO JR., Caio, Formação do Brasil Contemporâneo, citação na p. 55)

A economia brasileira, mesmo em fases posteriores, continua a mostrar essa face mercantil e voltada para o sistema internacional do capitalismo antes que uma estruturação em bases próprias e nacionais. A sociedade se ressentia dessa característica por exemplo com o fato de os séculos de trabalho escravo terem produzido um universo de valores, padrões, ideias e assim por diante, ainda hoje presentes. O sentido da sociabilidade do poder, da economia e política, da cultura e ideologia, estava assinalado pelo escravismo, e essa determinação essencial ainda hoje influencia boa parte da cultura em seus valores, doutrinas, explicações e ideologias.

O outro ponto destacado por Caio Prado Júnior é o desenvolvimento desigual e combinado que caracteriza toda formação social brasileira ao longo da Colônia, Império e República. Em toda vida econômica se observará uma sucessão e combinação de formas as mais diversas e contraditórias de organização da vida e trabalho. O resultado é uma vasta desarticulação na qual o presente em cada época parece um mapa arqueológico combinando vários pretéritos. Como lembra Caio, a formação social brasileira se apresenta como “um complexo de formas econômicas onde se articulam e mais ou menos frouxamente se entrosam entre si as mais variadas situações”. Nesse contexto, o passado parece não só

múltiplo, diversificado, mas presente.

Assim, o sentido da colonização, o peso do regime de trabalho escravo e a peculiaridade do desenvolvimento desigual e combinado dão conta de épocas e situações. Durante a colônia estão presentes uma forma como ocorre movimentos nativistas, revoltas de escravos, formação de quilombos, lutas contra invasões, anseios de independência e inconfidências. Por outro lado, no Império influenciarão a forma da independência, a estruturação do poder monárquico, a continuidade do escravismo e a transição difícil e lenta para o trabalho livre, assim como os projetos que darão origem à República. Também ao longo das várias repúblicas inauguradas em 1889 recriam-se as relações externas várias vezes, subsistem heranças das formas culturais e da sociabilidade produzidas com o escravismo, tudo isto atravessado por um desenvolvimento desigual e combinado no tempo e no espaço.

Como se sabe, o processo de transição de uma sociedade de castas, no caso do Brasil, neo-colonial, para uma sociedade de classes burguesa é denominado de revolução burguesa. Historicamente, esse processo apresentou nos países modernos uma via democrática, comandada pela aliança entre a burguesia e camadas populares da cidade e do campo contra o Antigo Regime, como na França, ou uma via autoritária, quando a burguesia se concentra no Estado e promove à força uma modernização da sociedade, como no caso da Alemanha e Japão.

No Brasil essa revolução apresentou-se nitidamente autoritária, vítima de conciliação pelo alto e de um povo sistematicamente maltratado pelo Estado, contido em suas manifestações pelo corporativismo, o autoritarismo ou o conservantismo das elites. Poucos momentos na nossa história as massas populares encontraram espaço para mais do que isto, com o resultado de um país que nunca rompe com o pretérito, mas o recria sob formas novas de desigualdade, preconceito e exclusão social. Por isto Caio Prado propõe uma “revolução brasileira”, adequada às necessidades e características da sociedade brasileira. A chave fundamental para esta revolução é o campo brasileiro. Como assinala Caio,

É na situação sócio-econômica presente no campo brasileiro que se encontram as contradições fundamentais e de maior potencialidade revolucionária na fase atual do processo histórico-social que o país atravessa. É aí que a herança de nossa formação colonial deixou seus mais profundos traços, e os mais significativos do ponto de vista social. Uma coisa é certa: o trabalhador rural brasileiro, antes isolado nos grandes domínios das fazendas, engenhos, usinas, estâncias, e embora ainda relativamente tão próximo de suas origens na escravidão que apenas duas gerações passadas conheceram, hoje se acha em boa parte, e graças a seus maiores contágios e intercâmbios com o mundo externo, perfeitamente consciente de sua situação, e sabe que ela não deve nem pode perdurar (PRADO Jr, Caio- | A Revolução Brasileira, 1966, ,citação na p.71)

Caio Prado propunha uma extensão da legislação trabalhista para o trabalhador rural, o que foi realizado, aliás, pelo regime militar, e uma reforma agrária que amenizasse os efeitos do latifúndio na nossa estrutura de propriedade e renda. Esta é uma questão ainda atual, mas muito mais complexa que há cinquenta anos atrás, dada a industrialização do campo, o fim da fronteira agrícola e o uso predatório dos recursos naturais, seja nas terras cultivadas, seja na Amazônia que cede dia a dia seu espaço a novas investidas de madeireiros e pecuaristas, entre outros.

A classe operária, ou as classes trabalhadoras em geral, não podiam contar com uma burguesia acomodada de forma subalterna ao grande capital internacional, mas podem com o conjunto ou a maioria do povo lutar por uma nação, uma sociedade vinculada pela solidariedade que rompa a miséria física e moral da massa do povo brasileiro, alavancando um projeto nacional e popular para o Brasil. Esta era a “utopia” de Caio Prado, ainda hoje presente para avaliação e inspiração de lutas sociais concretas.

Outro ponto importante nesta discussão é a transformação das relações externas em conexão com os interesses imperialistas. A revolução envolve a ruptura e o rearranjo das relações externas:

A especificidade da revolução brasileira é dada em particular pelas circunstâncias internas, isto é, pelas relações que constituem e caracterizam a organização econômica e a estrutura social do país. A natureza dessas relações, contudo, vai marcar e definir a nossa posição no sistema internacional do capitalismo. E assim ambas essas ordens de circunstâncias, as internas e as externas, se conjugam e completam de tal maneira que a eliminação de umas implica necessariamente a das outras. (Idem, citação na p.75)

Também aqui a situação se agravou no correr do tempo, na medida em que o entrelaçamento com o imperialismo se aprofundou, o que vem levando países da América do sul a buscar um novo protagonismo com o MERCOSUL. O que importa assinalar, entretanto, que o propósito dessas transformações seria diminuir ou eliminar as desigualdades nas relações e estruturas sociais, econômicas, políticas e culturais. Ou seja, desigualdades entre classes sociais, os grupos raciais, as regiões do país, tornando o Brasil contemporâneo das conquistas que a humanidade pôde alcançar e que hoje estão em cheque até certo ponto pela atual configuração do capitalismo no mundo e sua preeminência financeira e conservadora.

Teríamos aí a conformação de uma organização e sistema econômico voltados para as necessidades e demandas do conjunto da população, ligada solidariamente por vínculos culturais sólidos. Como afirma ainda Caio,

A situação do Brasil se acha madura para as transformações econômicas, sociais e políticas em direção das quais apontam as reivindicações e aspirações da massa trabalhadora, em especial as do campo. Essas transformações são a condição da própria integração nacional brasileira e do desenvolvimento seguro e solidamente alicerçado do país, bem como, em consequência, do real progresso e do bem-estar generalizado da imensa maioria da população. (Ibidem, citação à p.75).

Os suportes políticos para essas transformações Caio Prado vê nas massas populares do campo e da cidade, superando sua desagregação e formando-se aos poucos como uma nação com as características das nossas práticas e fantasias, ou projetos. O texto de Caio é assim, bastante atual, tão longe estamos dessa sonhada nação. O que caracteriza Caio Prado é, em sua apreciação crítica da história e da política, bem como de uma ciência econômica centradas todas nas noções de classes, luta de classes, e outros termos caros ao pensamento sociológico e historiográfico marxista, a original apropriação desses temas e conceitos a uma visão lúcida, original e ainda atual sobre o país.

A partir daí, pode-se fazer uma história crítica da nossa desigualdade social, da criminalização que assistimos da questão social, dos nossos processos de decisão pública, dos avanços e impasses de nossa modernidade, bem como de nossa cultura material e social. Enfim, por esta breve resenha, temos dois mestres dialogando sobre o país que temos e o que podemos, utopicamente, alcançar.

